

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIRACICABA

Memória PRINCUFUFA

Quarta Reunião do GT PRINCUFUFA

Data: 30 de maio de 2014

Presentes: Amanda Regina de Campos – UNIMEP (Estágio de Psicologia Social), Cláudia Parassulo – SME/Saúde Escolar, Disete Devera – UNIMEP-Ceapsi), Elaine Antunes de Lima – UNIMEP (Estágio de Psicologia Social), Jéssica Thaís – UNIMEP (Iniciação Científica), Larissa Cristiane de Araújo – Ong Casvi (Projeto Vivendo a Diversidade), Letícia Sanches Chrispi – Vara da Infância e da Adolescência, Maria Hilma Ganzella – CMAS), Natália Guimaro – CMDCA, Paula Batistela – Ong Casvi (Projeto Sangue Bom), Regina Doni – SEMTRE, Ronaldo José Lucentini – SELAM, Telma Regina de Paula Souza – Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Justificaram ausência: Cláudia Suster e Patrícia Barbosa (Família Acolhedora), Fabiane C. V. de Souza (VIJ), Fábio do Amaral Sanches (CMDCA) e Patrícia da Matta (Bom Menino).

Pauta: Formulação do Programa Intersetorial de Cuidado à Família.

Coordenadora da Reunião: Letícia.

Após a leitura da memória da reunião de 23 de maio, Letícia (VIJ) solicita que seja incluída nessa memória a fala de Fabiane (VIJ) em relação ao papel da Vara da Infância e da Juventude no PRINCUFUFA, ou seja, a importância de sua parceria no processo de constituição do Programa e de apoio técnico em relação aos casos trabalhados no Programa, sem perder de vista que a Vara, enquanto Poder Judiciário, não é executora de serviços.

Na sequência, questões discutidas na última reunião foram retomadas pelo Fórum DCA no sentido de afinar percepções sobre as discussões ocorridas, nesse sentido, destacou-se a intersectorialidade como o grande diferencial do Programa, visto que está claro que existe articulação setorial em relação à problemática focada no PRINCUFUFA, mesmo que incipiente, tem ocorrido o diálogo entre a SEMDES, enquanto responsável pelas políticas sociais do acolhimento, e as instituições acolhedoras e, quando necessário, a Vara da Infância e da Juventude participa desse diálogo. O PRINCUFUFA pretende ser mais do que a articulação setorial, pois pretende envolver, de forma pactuada e planejada, outros setores, tais como a saúde (tanto a atenção básica como a rede psicossocial), a educação (enfocando a relação da escola com as famílias alvo do PRINCUFUFA), a Secretaria de Trabalho e Renda (fundamental para a inclusão dessas famílias no mundo do trabalho), a habitação (visto os vários problemas habitacionais enfrentados por algumas famílias). A SELAM destaca que seu papel é de suporte às atividades que envolvem demandas de espaços de sociabilidade no município e que entende que não devem fazer parte da EQUIPE PRINCUFUFA (núcleo estruturante do Programa), mas darão todo apoio ao atendimento das demandas do Programa por meio de Projetos já realizados pela Secretaria e outros a serem planejados a partir de demandas do PRINCUFUFA.

Em relação às ações da EQUIPE PRINCUFUFA, os presentes entendem que devem ser planejadas pela própria equipe e não pelo GT PRINCUFUFA. A equipe PRINCUFUFA deverá planejar os procedimentos operacionais dentro da equipe, por exemplo: o rodízio da coordenação da equipe, a sistematização das reuniões, metodologia para o estudo de casos, local para encontro da equipe e periodicidade desses encontros, formas de comunicação entre todos os profissionais (equipe com setores e projetos), etc

Destacou-se em relação à EQUIPE PRINCUFUFA que essa deve ser composta por coordenações dos serviços setoriais (governamentais e não governamentais). Explicitando: coordenação do CRAS, coordenação do CREAS, coordenação do setor responsável pelos serviços de acolhimento na SEMDES, coordenação da atenção básica em saúde, coordenação da rede psicossocial na saúde mental, coordenação da saúde escolar, coordenação dos serviços de inclusão no mundo do trabalho da SEMTRE, coordenações dos serviços de acolhimento institucional (Bom Menino, Lar Franciscano de Menores, casa Lar), coordenação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e outras coordenações de setores avaliados como estratégicos em relação a cuidados das famílias acolhidas no PRINCUFUFA)

Questões como a impotência diante falta de recursos, a decisão sobre contratação de pessoal, vontade política, verbas, capacitação, demandas de trabalho também são retomadas, o que implicará na necessidade de uma atuação técnica da EQUIPE PRINCUFUFA, como também uma atuação política. Destacou-se que o

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIRACICABA

atendimento das demandas que envolvem recursos financeiros não depende apenas da explicitação dessas demandas. Todas as ações governamentais são planejadas como práticas de gestão que se organizam na administração pública reguladas por leis, assim um recurso deve ser planejado no ciclo orçamentário e sem a participação dos técnicos nesse processo não se garante o atendimento dos recursos. Em certa medida é uma ação clientelista apenas solicitar recursos sem uma participação efetiva nos processos de deliberação das políticas públicas. Parece que a prática profissional predominante está alienada desse processo, ou seja, é despolitizada. Tal participação não é pontual, exige um monitoramento constante das ações da administração pública, pois revisões orçamentárias são constantemente encaminhadas para o Legislativo.

Destacou-se também a importância do CAPS AD para o PRINCUFUFA e a incompreensão dos presentes em relação à ausência dos profissionais da saúde mental no GT PRINCUFUFA. Por mais que possam estar passando por uma crise, tais profissionais são estratégicos na definição de linhas de cuidado com as famílias do Programa e devem assumir essa responsabilidade, o que está previsto no arcabouço político-normativo da política de saúde mental nacional. Outros setores também foram destacados, como o responsável pela política de habitação no município que parece colocar em outros níveis governamentais (Estado, União) a responsabilidade de resolver os problemas habitacionais de Piracicaba.

Alguns presentes também manifestaram a preocupação com a ausência de alguns profissionais no GT PRINCUFUFA e indagaram como motivá-los à participação. Foi lembrado que só teremos mais uma reunião do GT, portanto não seria possível pensar em estratégias de motivação desses ausentes, assim como não parece ter sentido pensar nessas estratégias desconhecendo as razões das ausências; alguns têm justificado a ausência e outros parece ignorar o GT, mas não é possível compreender os sentidos dessa omissão, pode representar resistência ao Programa, um descompromisso com as políticas públicas, ou existem outros motivos que merecem ser diagnosticados. Esse quadro de ausências, sem dúvida, poderá comprometer a construção do PRINCUFUFA, pois sem envolvimento não haverá ação. Isso ocorrendo, no mínimo, poderemos entender que a não resolutividade dos problemas focados no PRINCUFUFA — ou seja, a garantia do direito à convivência familiar de crianças acolhidas no município, seu retorno à família de origem sem que esteja em condições de risco —, não será apenas um problema decorrente das mazelas da desigualdade social e da ausência ou insuficiência das políticas públicas, mas também será o resultado do descompromisso de profissionais que deveriam ser responsáveis por trabalhar para a garantia desse direito.

Nesse sentido, retornou-se a ideia de se buscar a legitimidade do GT PRINCUFUFA, o que será favorecida com a nomeação dos membros desse Grupo, como representantes dos setores convidados pelo CMDCA para compor o GT. Todos os nomes foram checados, definindo-se as indicações das representações setoriais pelo critério de importância estratégica dos setores e frequência nas reuniões do GT (foram consideradas as ausências justificadas). O GT assim ficou composto:

Nome	Representa
Maria Hilma Ganzella	Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
Kátia Maria Paschoalini	Conselho Municipal da Saúde - CMS
Fábio do Amaral Sanches	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Edenilton Jorge Slavador	Conselho Municipal sobre Álcool e Outras Drogas- COMAD / OAB
Maria Isabel Gonçalves	Conselho Tutelar I
Telma R de Paula Souza	Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA
Paula Bastistela	Ong Casvi
Carla Gonçalves Marques	Centro de referencia Especializado de Assistência Social - CREAS
Cláudia Parassulo	Secretaria Municipal de Educação
Ronaldo José Lucentini	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - SELAM
José Cláudio Gumier	Ambulatório de Saúde Mental Infantojuvenil
Regina Doni	Secretaria Municipal de Trabalho e Renda- SEMTRE
Glaúcia Janczur	Serviço Casa Lar

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIRACICABA



Cláudia R. Suster	Serviço Família Acolhedora
Patricia F.B Ferreira	Serviço Família Acolhedora
Natalia Guimaro Srair	Casa do Bom Menino
Patricia H. D da Matta	Casa do Bom Menino
Disete Devera	Universidade Metodista de Piracicaba/ CEAPsi/UNIMEP
Daniela Garbellini	Universidade Metodista de Piracicaba/ FACIS/UNIMEP
Fabiane C. V de Souza	Vara da Infância e Juventude
Leticia Chrispi	Vara da Infância e Juventude

O CMDCA deverá encaminhar a nomeação dos indicados para publicação em Diário Oficial, o que já deveria ter ocorrido.

Em relação ao trabalho do GT, ficou claro que os presentes entenderam que a próxima, e última reunião do GT, deverá fechar a proposta do PRINCUFUFA, entendendo que a EQUIPE PRINCUFUFA, uma vez constituída após a pactuação com os gestores setoriais, deverá construir a operacionalização das ações, conforme indicado acima. Para se garantir o respeito às intencionalidades do Programa, o CMDCA deverá monitorar esse trabalho da Equipe e poderá contar com o apoio da UNIMEP, mais especificamente, com o Curso de Psicologia (CEAPsi), na sistematização do processo de pactuação, implantação e implementação do Programa, como já tem ocorrido nos trabalhos do GT.

Foi acordada a mudança da data da última reunião do GT PRINCUFUFA, que deverá ocorrer no dia 27 de junho. O CEAPsi produzirá o texto base da proposta PRINCUFUFA até o dia 18 de junho. Esse texto deverá ser enviado, por e-mail, aos integrantes do GT que terão até o dia 25 de junho para manifestar comentários e sugestões de mudanças do texto. No dia 26 de junho todas as manifestações serão enviadas para todos do GT e no dia 27 de junho o texto e as manifestações serão discutidos em reunião do GT, com a finalidade de construir a versão final da proposta. Nessa reunião, também serão discutidas as propostas de estratégias para pactuação com os gestores públicos municipais.

Observação:

Esse relato não apresenta todas as falas dos presentes, é uma síntese que pode ser complementada pelos participantes da reunião. Caso algum aspecto relevante não tenha sido incluído nessa memória, elaborar redação para inclusão de texto nessa memória na reunião no dia 27 de junho de 2014.

CEAPsi/UNIMEP